

Enquadramento Legal

Turismo de Natureza - Diplomas e normativos aplicáveis

- Programa Nacional de Turismo de Natureza;
- Alojamento local;
- Animação Turística, Marítimo-Turística e Agências de Viagens;
- Cartas de Desporto de Natureza;
- Declaração de Interesse para o Turismo;
- Empreendimentos turísticos;
- Outra legislação relevante para a atividade de lazer nas Áreas Protegidas e na Rede Natura 2000;

Programa Nacional de Turismo de Natureza

- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 51/2015 - Diário da República n.º 140/2015, Série I de 2015-07-21**
Presidência do Conselho de Ministros
Aprova o novo Programa Nacional de Turismo de Natureza (PNTN) - Revoga a Resolução do Conselho de Ministros n.º 112/98, de 25 de agosto.

Alojamento local

- **Decreto-Lei n.º 128/2014. D.R. n.º 166, Série I de 2014-08-29**
Estabelece o regime jurídico da exploração dos estabelecimentos de alojamento local, revogando a Portaria n.º 517/2008, de 25 de junho.
- **Decreto-Lei n.º 63/2015. D.R. n.º 79, Série I de 2015-04-25**
Procede à 1ª alteração ao Decreto-Lei n.º 128/2014, de 29/08, que estabelece o regime jurídico da exploração dos estabelecimentos de alojamento local.
- **Lei n.º 62/2018. D.R. n.º 161, Série I de 2018-08-22**
Procede à 2ª alteração ao Decreto-Lei n.º 128/2014, de 29/08 e sua republicação, que estabelece o regime jurídico da exploração dos estabelecimentos de alojamento local.

Animação Turística, Marítimo-Turística e Agências de Viagens

- **Decreto-Lei n.º 21/2002 - D.R. n.º 26, Série I-A de 2002-01-31**
Aprova o Regulamento da Atividade Marítimo-Turística. Alterado e republicado pelo **Decreto-Lei n.º 269/2003**, de 28 de outubro (revoga os Artigos 3.º a 15.º, 29.º a 32.º e os Anexos I e II).
- **Decreto-Lei n.º 108/2009 - D.R. n.º 94, Série I de 2009-05-15**
Estabelece as condições de acesso e de exercício da atividade das Empresas de Animação Turística, bem como dos Operadores Marítimo-Turísticos. Alterado e republicado pelo **Decreto-Lei n.º 186/2015**, de 3 de setembro.
- **Portaria n.º 651/2009 - D.R. n.º 112, Série I de 2009-06-12**
Define o Código de Conduta a adotar pelas Empresas de Animação Turística e dos Operadores Marítimo-Turísticos que exerçam atividades reconhecidas como Turismo de Natureza e o logótipo que os identifica.

- **Decreto-Lei n.º 149/2014 - Diário da República n.º 196/2014, Série I de 2014-10-10**
Aprova o Regulamento das Embarcações Utilizadas na Atividade Marítimo-Turística

Agências de Viagens

- **Decreto-Lei n.º 263/2007 - D.R. n.º 139, Série I de 2007-07-20**
Terceira alteração e republicação do **Decreto-Lei n.º 209/97, de 13 de agosto**, que regula o acesso e o exercício da actividade das agências de viagens e turismo.
- **Decreto-Lei n.º 61/2011 - D.R. n.º 88 Série I de 2011-08-06**
Regula o acesso e exercício da atividade das Agências de Viagens e Turismo.
- **Decreto-Lei n.º 199/2012 - D.R. n.º 164 Série I de 2012-08-24**
Altera o **Decreto-Lei n.º 61/2011, de 6 de maio**, que estabelece o regime de acesso e de exercício da atividade das Agências de Viagens e Turismo e adapta este regime com o **Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho**, que transpõe a **Diretiva n.º 2006/123/CE**, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de dezembro, relativa aos serviços no mercado interno.

[Topo](#)

Cartas de Desporto de Natureza

- **Portaria n.º 1465/2004 - D.R.n.º 294, Série I-B de 2004-12-17**
Aprova a Carta de Desporto de Natureza e respetivo Regulamento do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros.
- **Portaria n.º 53/2008 - D.R. n.º 13, Série I de 2008-01-18**
Aprova a Carta de Desporto de Natureza e respetivo Regulamento do Parque Natural de Sintra-Cascais.

[Topo](#)

Declaração de Interesse para o Turismo

- **Decreto Regulamentar n.º 22/98 - D.R. n.º 218, Série I-B de 1998-09-21**
Regula a Declaração de Interesse para o Turismo. Alterado e republicado pelo **Decreto Regulamentar n.º 1/2002 - D.R. n.º 2, Série I-B de 2002-01-03** e retificado pela **Declaração de Rectificação n.º 3-D/2002, de 31 de janeiro**.

Empreendimentos turísticos

- **Portaria n.º 937/2008 - D.R. n.º 160, Série I de 2008-08-20**
Estabelece os requisitos mínimos para os estabelecimentos de Turismo de Habitação e de Turismo no Espaço Rural.
- **Portaria n.º 1320/2008 - D.R. n.º 223, Série I de 2008-11-17**
Estabelece os requisitos mínimos para os estabelecimentos de Parques de Campismo e de Caravanismo.
- **Decreto-Lei n.º 228/2009 - D.R. 178, Série I de 2009-09-14**
Altera e republica o **Decreto-Lei n.º 39/2008 - D.R. n.º 48, Série I de 2008-03-07** que institui o Regime Jurídico da Instalação, Exploração e Funcionamento dos Empreendimentos Turísticos.
- **Portaria n.º 47/2012 - D.R. n.º 36, Série I de 2012-02-20**

Altera a **Portaria n.º 261/2009 - D.R. n.º 50, Série I de 2009-03-12**, que define os critérios e procedimentos para o reconhecimento pelo ICNB, I.P. de Empreendimentos de Turismo de Natureza.

- **Decreto-Lei n.º 15/2014 - D.R. n.º 16, Série I de 2014-01-23**
Procede à segunda alteração (e republicação) ao **Decreto-Lei n.º 39/2008, de 7 de março**, que aprova o Regime Jurídico da instalação, exploração e funcionamento dos Empreendimentos Turísticos. Retificado pela **Declaração de Retificação n.º 19/2014**.
- **Declaração de Retificação n.º 19/2014. D.R. n.º 58, Série I de 2014-03-24**
Retifica o **Decreto-Lei n.º 15/2014, de 23 de janeiro**.
- **Decreto-Lei n.º 186/2015, de 3 de setembro - D.R. n.º 172, Série I de 2015-09-03**
Procede à quarta alteração ao **Decreto-Lei n.º 39/2008, de 7 de março**, que estabelece o regime jurídico da instalação, exploração e funcionamento dos empreendimentos turísticos, e à segunda alteração ao **Decreto-Lei n.º 108/2009, de 15 de maio**, que estabelece as condições de acesso e de exercício da atividade das empresas de animação turística e dos operadores marítimo-turísticos.
Nota: Este Decreto-Lei revoga os artigos 4º e 11º da Portaria n.º 261/2009, de 12 de março.
- **Portaria n.º 309/2015 - D.R. n.º 188, Série I de 2015-09-25**
Primeira alteração à **Portaria n.º 327/2008, DR n.º 82, Série I de 2008-04-28**, que aprova o sistema de classificação de estabelecimentos hoteleiros, de aldeamentos turísticos e de apartamentos turísticos.
- **Decreto-Lei n.º 80/2017 - D.R. n.º 125, Série I de 2017-06-30**
Procede à quinta alteração ao **Decreto-Lei n.º 39/2008, de 7 de março**, que estabelece o regime jurídico da instalação, exploração e funcionamento dos empreendimentos turísticos.

[Topo](#)

Outra legislação relevante para a atividade de lazer nas Áreas Protegidas e na Rede Natura 2000

- **Decreto-Lei n.º 218/95 - D.R. n.º 197, Série I-A de 1995-08-26**
Condicionantes às atividades de lazer com veículos motorizados em Áreas Protegidas, Zonas Especiais de Proteção, praias e dunas.
- **Decreto-Lei n.º 140/99 - D.R.n.º 96, Série I-A de 1999-04-24**
Transpõe para o direito interno as Diretivas Comunitárias – Aves e Habitats. Alterado e republicado pelo **Decreto-Lei n.º 49/2005 - D.R. n.º 39, Série I-A de 2005-02-24**.
- **Decreto-Lei n.º 9/2006 - D.R. n.º 5, Série I-A de 2006-01-06**
Regulamenta a atividade de Observação de Cetáceos nas Águas de Portugal continental. Alterado parcialmente pelo **Decreto-Lei n.º 92/2010 - D.R.n.º 143, Série I de 2010-07-26**.
- **Portaria n.º 1140/2006 - D.R. n.º 206, Série I de 2006-10-25**
Define as especificações técnicas em matéria de defesa da floresta contra incêndios a observar na instalação e funcionamento de Equipamentos Florestais de Recreio inseridos no espaço rural.
- **Decreto-Lei n.º 191/2009 - D.R. n.º 158, Série I, de 2009-08-17**
Estabelece as bases das Políticas Públicas de Turismo e define os instrumentos para a respetiva execução.
- **Despacho n.º 5802/2014 - D.R. n.º 84, Série II de 2014-05-02**
Homologa o Regulamento das especificações técnicas em matéria de defesa da floresta contra incêndios relativas a equipamentos florestais de recreio inseridos no espaço rural.
- **Portaria n.º 98/2015 - Diário da República n.º 63/2015, Série I de 2015-03-31**
Define os Modelos de Sinalização para efeitos de identificação e informação relativa à conservação da natureza e da biodiversidade na Rede Nacional de Áreas Protegidas (RNAP) e revoga a **Portaria n.º 257/2011**, de 12 de julho.

